

Paixão pelas Idéias

Como os inovadores criam e dão forma a nosso novo mundo

A Passion for Ideas

Inovação e Responsabilidade Global

Por Stephan Schmidheiny

Nos últimos anos, os negócios têm experimentado e se beneficiado de novas liberdades. A queda do império soviético e o conseqüente fracasso das economias centralizadas e de controle estatal estão proporcionando a abertura e o surgimento de mercados em diversas regiões do planeta. Tanto na Europa Oriental como nos países em vias de desenvolvimento, foram abertas grandes áreas – no passado, inacessíveis – para a realização de negócios internacionais. A comunicação eletrônica tornou possível a exploração dessas novas possibilidades, criando uma forma e uma intensidade completamente novas para o desenvolvimento dos negócios. O aperfeiçoamento e a redução dos custos de circulação de pessoas e bens oferecem novas oportunidades para a divisão global do trabalho, ao mesmo tempo em que a convergência da demanda por vários produtos e serviços cria a oportunidade de fornecer séries de produtos padronizados a todo o mundo.

Essas novas dimensões das liberdades para as empresas, somadas ao progresso tecnológico, deram lugar a uma importante aceleração do desenvolvimento econômico. Este chegou tão longe que hoje em dia, e cada vez com maior freqüência, é mais valorizada a administração de uma empresa bem sucedida pela rapidez com que ela coloca novos processos em marcha do que o tamanho da própria empresa. A velocidade – não o tamanho – é que determina a valorização.

Quando os empreendimentos e as inovações avançam tão rapidamente nos campos tecnológico e econômico, os cidadãos atentos à situação começam a questionar, com crescente preocupação, se esses processos estão sendo socialmente controlados, ou se são, ao menos, controláveis. É prático e factível, para nossa sociedade e instituições de governos que a representam, controlar os processos de inovação no campo dos negócios, a fim de conseguir uma compatibilidade com os padrões básicos da ética? Ou, diante de mudanças tão drásticas, as modernas dinâmicas de inovação inevitavelmente criam fendas, ao transbordar as possibilidades práticas do controle governamental?

A globalização e a velocidade dos processos de inovação criaram facilidades para o empresariado escapar dos controles dos governos, passando este fato despercebido do ponto de vista social, já que tanto a política como a legislação e a aplicação das leis continuam sendo responsabilidades primárias dos governos nacionais, inclusive nestes tempos de globalização. É muito pouco o que os estados podem fazer em comparação com empresas dinâmicas e poderosas. A política aparece como que desamparada diante de um desenvolvimento que pode culminar numa polarização crítica da ordem social: de um lado ficariam aqueles que desejam tirar proveito da globalização, sabem como fazê-lo e contam com os meios necessários para isso; e do outro, aqueles que carecem de educação, mobilidade, capital e tecnologia e percebem que seu nível de vida está cada vez mais ameaçado pela concorrência global. Se as forças políticas – cujo papel no passado foi o de mobilizar a sociedade para o equilíbrio entre o que se tem e o que se necessita – não conseguem prevalecer, então a diminuição dos padrões de vida se converterá em uma ameaça para a paz social.

Portanto, a pergunta deve ser formulada a partir de diferentes perspectivas. Para onde e como se pode reorientar as novas dimensões da liberdade e as dinâmicas de inovação, adaptadas e defendidas pelas companhias envolvidas na economia global? Devem ser colocados limites? Como poderiam ser demarcados?

Aqueles que se sentem perturbados pelo modismo de enfatizar a expressão “valor de acionista”, com ceticismo reclamam das empresas que dão prioridade ao aumento dos

seus lucros antes de se concentrar nos valores humanos, enquanto exigem que a sociedade e o governo estejam preparados para controlar as inovações e para detê-las, caso os padrões éticos sejam transgredidos. Os líderes econômicos dizem que o progresso da civilização humana se expressa em cada inovação, o que contribui para o benefício geral. Os representantes liberais da economia de mercado afirmam que cada liberdade se relaciona a uma responsabilidade que deve ser assumida por aqueles que a exercem. E integrantes de todos os setores e opiniões concordam que nem tudo o que pode ser feito deveria sê-lo. Um claro exemplo disso é o sempre recorrente tema da manipulação genética em plantas, animais e, ultimamente, também de seres humanos. Por outro lado, a necessidade de diferenciar entre o que é factível e o que é permitido, envolve não somente os agentes econômicos individuais, mas também o sistema econômico e as regras que o definem. Aqueles que participam ativamente da economia de mercado deveriam subordinar o rumo de seus lucros às regulamentações legais e aos preceitos éticos básicos? Poderiam fazê-lo? É concebível ou possível impor-lhes um autocontrole crítico de suas atividades e, em especial, de suas inovações? Até que ponto é possível que uma obrigação deste calibre seja imposta por aqueles que decidem não segui-la? Quem define os padrões? Que autoridade determina o que é obrigatório? Como reage a sociedade quando esses novos deveres ultrapassam a capacidade dos mecanismos políticos estabelecidos e das autoridades governamentais responsáveis? É óbvio que existem mais perguntas que respostas e que cada resposta difere de acordo com cada ponto de vista e interesse particular. Aqueles que estão convencidos de que cada medida pode e deve se manifestar em termos monetários e que a mão invisível do mercado irá aceitar corretamente todos os valores relevantes, acharão conflitante a idéia da existência de valores não monetários agregados a valores monetários.

Contudo, se afirmamos que não deve ser permitido um desenvolvimento sem controle, porém, ao mesmo tempo, os controles governamentais não estejam garantidos, então os novos mecanismos de controle passam a ser o problema, inevitavelmente. Pedir *responsabilidade pessoal* a entidades que se movimentam conforme seus próprios interesses – sem controle governamental algum, já que são incontroláveis – parece idealista e, também, fatalista. Não obstante, fica cada vez mais claro que, numa sociedade moderna, altamente industrializada, esta regulamentação está se tornando um elemento indispensável de controle.

Assumir responsabilidades significa avaliar e decidir entre diferentes interesses que competem entre si. Os juízos de valor que têm por base padrões éticos são essenciais nesse processo. As pessoas, animais de hábitos que escolhem seu próprio caminho, costumam, amiúde, ter dificuldades com a aparente complexidade das decisões que devem ser tomadas levando em conta “somente” os padrões éticos. Porém, é precisamente neste nível, que se inicia em pontos de vista puramente racionais – embora nem por isso menos reais –, onde começa a compreensão da *responsabilidade pessoal*. A demanda de responsabilidade pessoal aumenta – já por si – sua grande complexidade, não somente quando de deve escolher entre dois interesses divergentes, mas particularmente quando implica a consideração e a avaliação dos interesses das gerações futuras, como ocorre com o preceito ético de conservar um meio ambiente vital e produtivo. A atividade econômica e os negócios consomem os recursos naturais e contaminam o meio ambiente com suas emanações e resíduos. Legalmente, devem atear-se a restrições e condições que, nos últimos anos, se tornaram cada vez mais exigentes. No entanto, essas empresas têm cumprido com sua responsabilidade para com o meio ambiente, mesmo quando estão respeitando os padrões legais? Sua posição no mercado economicamente competitivo lhes dá o direito de revalidar seus próprios interesses cumprindo o mínimo indispensável como prevê a lei? Ou são elas obrigadas pelos padrões éticos a assumir sua própria responsabilidade e tomar a iniciativa, planejando

suas atividades econômicas, cuidando para que o meio ambiente e os recursos naturais sejam protegidos tanto quanto possível e contribuindo, deste modo, para um desenvolvimento duradouro que permita satisfazer as necessidades das gerações futuras?

Creio que hoje a maioria dos cidadãos dos países industrializados está preparada para assumir um grau de responsabilidade que supere o mínimo legal, a fim de evitar a destruição ambiental atual e futura. Porém, também posso observar que somente uma minoria de fornecedores e consumidores de serviços está preparada para atuar, concreta e efetivamente, de acordo com as exigências que essa responsabilidade engendra. A democracia moderna e a economia de mercado devem aprender a viver com esta contradição que, se costuma ser reprimida a nível da consciência, pode estourar com força explosiva, como ocorreu no caso Shell-Brent Spar: a aprovação oficial foi tramitada e obtida legalmente; contudo, a pressão da opinião pública, incentivada pela mídia, repudiou completamente o resultado do processo e forçou a empresa a atuar com responsabilidade pessoal; isso culminou numa decisão diferente, apesar de que existia uma aprovação oficial que legitimava o processo anterior. É de se supor que a direção do empresariado global compreenderá, a partir de experiências como essa, que o respeito ao sistema legal nem sempre é suficiente e que a prudência e a responsabilidade pessoal jogam papéis cada vez mais importantes na tomada de decisões.

O fato de que somente uma minoria decida assumir conscientemente sua responsabilidade pessoal sobre as decisões econômicas cotidianas, não deve ser utilizado como argumento para o abandono desse princípio. Pelo contrário: constitui um indicador da existência de um potencial virgem para a regulamentação de eventos econômicos. Com amplas exigências sobre os governos, nos encontramos no umbral de um processo social de aprendizagem que primeiro deve pôr o indivíduo em contato com o uso correto de suas liberdades civis e com as responsabilidades com elas relacionadas. Já que a experiência nos sinaliza que o sucesso econômico é o argumento mais convincente e nos incita à emulação, é importante destacar que existem muitos competidores bem sucedidos entre aqueles que orientam o caminho como inovadores nesse processo de aprendizagem.

As regras do jogo não são os únicos elementos que mudam em relação a uma maior responsabilidade pessoal. O grupo social que define os valores sociais e representa os interesses coletivos também cresce. Antes, a sociedade se manifestava prioritariamente por meio dos organismos governamentais. Tanto a legislação como a administração e a aplicação da justiça, eram mecanismos garantidos e autênticos. No entanto, na nova ordem mundial, estão surgindo novos poderes que atuam como verdadeiros suplentes dos governos e, em alguns casos, até como seus substitutos. No jargão econômico, aqueles que desempenham esse papel denominamos “*públicos*” (em inglês, “*stakeholders*”) da empresa. Eles representam diferentes interesses daqueles dos acionistas (em inglês, “*shareholders*”), tais como os interesses das futuras gerações. Esses grupos de interesse geralmente não fundamentam suas exigências em regulamentações governamentais ou legais, mas em padrões éticos e morais. Perseguem seu objetivo com métodos cada vez mais profissionais, apoiando-se nos meios de comunicação, o que lhes permite contatar as autoridades políticas através da opinião pública, introduzindo sanções concretas se isso for necessário. Nesse sentido, os representantes do “público” se encarregam de verificar se a empresa reconhece sua própria responsabilidade pessoal e a coloque em prática.

Essa influência de terceiros ficou conhecida entre os empresários devido a experiências pessoais. A nova forma de poder social introduz outras questões que ainda não foram resolvidas, como a legitimidade daqueles que exercem essa função e o abuso que ocasionalmente podem fazer de seu poder. Por isso, uma das preocupações atuais das companhias é trabalhar com aqueles que desempenham esse papel,

permitindo-lhes que se familiarizem com o que eles desejam e considerar os resultados de suas decisões. Isso pode resultar em maior consciência da responsabilidade pessoal em relação aos negócios, o que beneficiará todas as partes envolvidas. É sabido que, nos negócios inovadores, o ímpeto de uma inovação bem sucedida nem sempre provém da “autoridade indicada”, mas de alguém que analisa criticamente os produtos já existentes, de pessoas que podem reconhecer e estabelecer ligações entre interesses divergentes e que estão preparadas para expor suas convicções diante de resistências e de opiniões predominantes.

Com esse significado, cunhamos o termo “eco-eficiência” por ocasião da Conferência da Terra, que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1992. O princípio da eco-eficiência ofereceu ao mundo dos negócios um acesso positivo ao tema do meio ambiente. No passado, esse tema era abordado de um ângulo estritamente econômico, o que o tornava altamente negativo. A eco-eficiência aponta para um futuro melhor e, principalmente, favorece o progresso de acordo com o lema “*O melhor é inimigo do bom*”. Essencialmente, o progresso na produção de produtos mais duradouros significa que uma grande quantidade de pessoas terá a possibilidade de beneficiar-se desse progresso; e o progresso direcionado à eco-eficiência também beneficia economicamente as empresas. Tal era o caso de muitas indústrias nas quais, como resultado do rápido aumento dos custos salariais, a otimização do trabalho constituía a prioridade número um, enquanto que a eficiência no consumo de matérias-primas e de energia ficava relegada a um frágil papel secundário. Disto surge um potencial considerável a ser desenvolvido. Contudo, para que esse potencial seja otimizado, as condições econômicas devem ser desenvolvidas de forma igualitária. Isto conduz à chamada “interiorização” dos custos ambientais, que antes não era compreendida e que, por isso, era recusada pelo público em geral, ou as decisões transferidas para as futuras gerações. Se os custos ambientais forem interiorizados gradualmente e o preço das matérias-primas, dos bens e serviços expressarem não apenas uma determinada realidade econômica, mas também a realidade ecológica, então a eco-eficiência irá se converter num princípio rentável, tanto para o meio ambiente como para a sociedade humana e os negócios. A sociedade precisa desesperadamente de uma economia ambientalmente compatível e de um crescimento ambientalmente sustentável. A eco-eficiência, definida como uma contínua busca de progresso que protege os recursos, está guiando a dinâmica da inovação empresarial nessa direção. As companhias que interpretarem corretamente os sinais dos tempos e reconhecerem a sustentabilidade como um dos desafios fundamentais da civilização humana, encontrarão precisamente nesse desafio novas vantagens competitivas para seu próprio benefício. Elas têm um interesse próprio e racional para tratar de encontrar maneiras inovadoras de cumprir com sua responsabilidade ambiental. Oxalá os representantes dos tantos “públicos” exerçam sua influência na economia e nos negócios, de modo tal que o processo de inovação não se veja entorpecido, mas impellido em direção à eco-eficiência.

Nota

1. Ver meu livro: Mudando o Rumo: uma perspectiva global do empresariado para o desenvolvimento e o meio ambiente. México, F.C.E. 1992